

Caminhos fora do silêncio: escolha, liberdade e acesso aos direitos reprodutivos

LOLE, Ana; CORGOZINHO, Kamila Delfino S. (Org.). *Gênero e Aborto: aportes para uma interlocução necessária com o Serviço Social*. 1 ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018.

Glauber Lucas Ceara-Silva¹

Resenha recebida: outubro de 2018

Resenha aprovada: novembro de 2018

Em sociedades marcadas pelo patriarcado, os momentos de tensões são gerenciados para corresponder a esse modelo. Em correspondência arquitetônica ao desenrolar político procura-se uma “verdadeira” feminilidade a ser seguida. Nesta direção, projetos de leis, produções “científicas” e movimentos sociais reacionários visam dar apoio a políticas de controle dos corpos. Compreender a baixa representação de determinados assuntos nas fileiras da produção acadêmica revela um conjunto de relações de “sufocamento” no interior de uma determinada esfera de produção de conhecimento. Assim, escrever sobre um tema é resistir.

Nesse cenário, o advento da coletânea “Gênero e Aborto” – organizada por Ana Lole e Kamila Delfino S. Corgozinho – é relevante por abordar assuntos espinhosos, considerando suas implicações na saúde pública e para a formação profissional. O direcionamento principal da obra é falar sobre gênero (uma categoria analítica) e o aborto (um procedimento enquanto parte da esfera dos direitos reprodutivos) articulados a perspectiva dos direitos humanos. Ao dar “aportes para uma interlocução necessária com o Serviço Social”, visa trabalhar os

temas suscitados nas perspectivas dos feminismos interseccionais, das questões étnico/raciais e das reflexões biopolíticas (saúde-direito-autonomia) dialogando para além do âmbito acadêmico. Onze artigos, um prefácio e uma breve apresentação compõem a obra, as discussões encontram-se fundamentadas por profissionais e militantes de várias áreas do conhecimento.

O primeiro artigo intitulado “Os indícios de gênero na formação e organização do Serviço Social” escrito por Ana Lole traz elementos para compreendermos a dinâmica do debate de gênero na formação curricular do Serviço Social. Tendo por base o paradigma indiciário, a autora analisa a grade formativa dos cursos de Serviço Social das instituições mais representativas da profissão (PUC-Rio, UERJ, UFF e UFRJ) no Rio de Janeiro e nas unidades representativas (Conjunto CFESS/CRESS e ABEPSS); ao realizar essa correlação, manifestada em publicações e encontros, aponta que “mesmo com pouco reconhecimento por parte das diretrizes curriculares, onde talvez a apreensão se torne mais lenta [...] o debate vai se disseminando” (p.47); Por este caminho percebe-se a necessidade do debate de gênero ser primordial no entendimento das relações que envolvem os sujeitos generificados e suas correlações.

O artigo “Gênero e Saúde: o que o corpo deixa ver?” de Carla Cristina Lima de Almeida tem como eixo “a invisibilidade do corpo e, ao mesmo tempo sua centralidade” (p.51) na área da saúde. A autora destaca o corpo como central na vida social porque “fala de um sujeito” (p.53), que possui marcadores sociais de diferenças e de experiências. Salientando, assim, importantes discussões no pensamento feminista: os corpos não se dividem entre cultura e natureza. Assim, a saúde no modelo dominante reflete, no corpo, um conjunto de práticas de controle, que analisado criticamente pode, nas experiências de enfrentamento e questionamento, formar novas potências de encontros.

“Gênero, diversidade e cidadania em saúde – notas reflexivas” de Rita de Cássia Santos Freitas traça “notas, buscando estabelecer re-

flexões sobre saúde, cidadania e gênero” (p.70). No desenvolvimento das quatro notas a autora levanta a potência do conceito de gênero como relação social, de poder e interseccional, que no atuar profissional deve, principalmente na saúde, articular a integralidade e interdisciplinaridade, buscando a efetivação da cidadania; a apreensão desse conceito atribui ao profissional que atende a capacidade de “desnaturalizar certezas, questionar preconceitos e estigmas” (p.83); assim, o gênero e o debate da cidadania fundem-se numa das partes constitutivas do compromisso profissional.

Em “A condição da mulher negra na sociedade moderna: integração e resistência” Larissa Costa Murad propõe “breves notas interpretativas acerca da condição da mulher negra na sociedade patriarcal”. Ao realizar interlocuções com a literatura e a sociologia, a autora correlaciona o período da escravidão e a modernização, constituindo uma crítica da modernidade a partir da construção do corpo da mulher negra e sua apropriação na esfera de produção da acumulação capitalista, apontando, então, resquícios históricos de que é “no Brasil [...] o domínio do corpo fundante da cultura” (p.101), sendo assim, o corpo feminino negro um campo de tensões, seja por tentativas de dominação ou de atos de resistência.

O artigo de Rejane Santos Farias e Antonio Carlos de Oliveira intitulado “Significados socio-históricos do aborto e a efetivação dos serviços de acesso ao aborto legal no Brasil”, traz contribuições acerca de como o Estado controla o acesso aos direitos reprodutivos, e como historicamente tal procedimento foi sendo assimilado como formas de tutela do corpo da mulher. Destacam, também, como o debate do aborto fica baseado em questões morais e menos como um aspecto de justiça social, principalmente para as mulheres pobres.

O artigo “Aborto, Serviço Social e formação profissional: uma análise das produções acadêmicas” de Kamila Delfino S. Corgozinho nos introduz no debate sobre o aborto quando inserido na formação profissional dos assistentes sociais. Ao colocar em pauta a ação dos

governos – a partir de políticas sobre o direito reprodutivo – a autora pontua que é preciso uma produção de conhecimento que embase uma prática não discriminatória. A partir do mapeamento das produções que unem Serviço Social e o debate sobre o aborto temos indícios para constatar uma baixa aceitação e certo tipo de silêncio do tema dentro da categoria. Sendo necessário o debate para que cada profissional venha a “preocupar-se com ações que garantam o acesso universal atrelando o seu fazer profissional os preceitos do Projeto Ético-Político” (p.142).

O artigo “Serviço Social e a questão do aborto: reflexões a partir do exercício profissional” de Betania Nunes de Carvalho aborda a necessidade de considerarmos a temática do aborto seguro dentro dos “direitos sexuais e reprodutivos, baseada nos princípios da integralidade na atenção em saúde” (p.151). E o artigo “Criminalização do aborto como violação dos direitos humanos das mulheres”, de Amanda Caicó C. de Lima apresenta um debate mais voltado para o campo da regulação política dos corpos, considerando a criminalização do aborto como um dos aportes da manutenção estatal de controle da sexualidade feminina.

Elvira Simões Barretto em “Aborto como direito reprodutivo no Brasil: desestabilização à ordem societária vigente?” nos insere noutra esfera de discussão, porque realiza uma arqueologia das relações de gênero demonstrando a construção da mulher como fêmea e do homem como macho, no “ordenamento político, econômico, socio-cultural e religioso hegemônico” (p.185). Essa construção vincula o não reconhecimento do acesso aos direitos reprodutivos plenos à manutenção de esferas de dominação. Conclui, então, que uma ruptura no padrão de dominação dos corpos femininos é uma ameaça ao modo de produção vigente.

“O estupro como arma de guerra: uma análise da Guerra da Bósnia” de Victor Leandro C. Gomes e Marianna de Aragão A. L. Bandeira pode soar destoante do livro, entretanto, ao analisar essa violência dentro do contexto da guerra, colocam a localidade dos corpos das mulheres nas

tensões de interesses. O útero passa a ser um aspecto de ação, jogando nele a moral e produção identitária de uma nação, ou seja, úteros como não pertencentes às mulheres, mas aos interesses em conflitos dos homens. E, ao correlacionar isso ao contexto da guerra no quadro global, destacam que as tensões resultam na supressão da autonomia feminina, subordinando seus desejos e anulando suas vontades. O que os estupros de guerra e toda a formação simbólica em torno deles revelam é um processo muito mais integrado entre dominação masculina e estrutura dos Estados, porque “se as relações de gênero que operam em nível nacional persistirem negligenciadas, certas dimensões de poder internacionais permanecerão menosprezadas” (p.206).

Encerra a coletânea o artigo “Refletindo sobre o ‘Sair’ e as experiências emancipatórias de mulheres das classes populares do Rio de Janeiro”, escrito por Sandra Monica da S. Schwarzstein e Nivia Valença Barros, que “propõe-se a despertar curiosidades, a refletir sobre algumas experiências e a formular questões” (p.209) entre o “sair” das mulheres da classe trabalhadora e das classes médias que passaram a articular o desejo de ampliação de vontades e direitos/cidadania. As autoras problematizam como a aproximação destas mulheres possibilitou o surgimento de diversos questionamentos, pois o “sair” fez com que identidades fossem ressignificadas, já que “reivindicar uma identidade é construir poder” (p.223). O texto coloca-se como uma centelha de esperança ao enfatizar que é o encontro que produz mudanças e quanto mais autonomia as mulheres possuírem nos espaços de decisão mais poderão falar sobre si e de suas verdadeiras necessidades. Assim, a cidadania se concretiza pelo ato de “sair”, sugerindo que os direitos reprodutivos não se concretizarão exclusivamente na esfera normativa do direito, mas na esfera da emancipação.

Cabem, entretanto, breves apontamentos, os quais poderiam enriquecer mais a obra. Após a leitura dos onze artigos, sente-se falta de uma aproximação da questão da saúde e direitos reprodutivos da população trans, que sofrem múltiplos preconceitos, e também

o debate bioético. Mas, este livro abre-nos a outras discussões que podem preencher as lacunas e levantar outros dados. A obra “Gênero e Aborto” firma-se como uma nova e audaz referência. Ao reposicionar o debate por caminhos fora do silêncio assume o desafio de que o tema deixe de ser aquele sussurro que ocorre nos corredores de nossa formação profissional, porque reflete um compromisso profissional em efetivar tal espaço como acesso à liberdade e cidadania do campo dos direitos reprodutivos e sexuais. Nisso a obra é um divisor e uma referência a ser explorada.

Notas

- 1 Assistente Social e Mestre em Política Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutorando em Política Social pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da UFF (Bolsista Capes). Brasil. E-mail: gllucesi@gmail.com